

A gestão democrática na utilização dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

Democratic management in the use of Programa Dinheiro Direto na Escola– PDDE

Aparecido Fernando da Silva¹

Luciana Esther Felix da Silva²

Michel da Costa³

Elisabeth dos Santos Tavares⁴

Resumo

A presente investigação é de cunho qualitativo tendo o objetivo de compreender a relação presente na gestão democrática da escola quanto à utilização de recursos públicos, nomeadamente, o Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE. O grupo pesquisado foi constituído por 20 diretores de escolas públicas, da Região Metropolitana da Baixada Santista, formada por nove municípios, tendo como instrumentos de coleta o questionário e a entrevista semiestruturada. A análise levou à compreensão dos critérios de utilização das verbas e das principais dificuldades enfrentadas no cotidiano da escola por parte da gestão, apontando para o fato de que quanto maior a descentralização financeira, mais viável a democratização na escola.

Palavras-Chave: Gestão Democrática; PDDE; Participação

Abstract

The presente investigatin is qualitative in nature with the objective of understanding the relationship presente in democratic management of the school regarding the use os public resources, namely, the Dinheiro Direto na Escola-PDDE. The researched group was constituted by 20 public school principals from the Metropolitan Region and Baixada Santista, formed by nine municipalities, havinh as collection struments the questionnaire and the ssemi-structured interview. The analysis led to na understanding of the criteria for using funds and the mais difficulties faced in the daily life of the

¹Universidade Metropolitana de Santos -UNIMES, Programa de Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental, Brasil . Email proffernando1@hotmail.com. Orcid <http://orcid.org/0000-0002-8819-4772>

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP, campus Campos do Jordão, Brasil. Email lucianaesther@hotmail.com Orcid <https://orcid.org/0000-0002-5896-3585>

³ Universidade Metropolitana de Santos-UNIMES, Brasil. Email michel.costa@unimes.br Orcid <http://orcid.org/0000-0001-5951-7870>

⁴ Universidade Metropolitana de Santos -UNIMES, Programa de Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental, Brasil. Email elisabeth.tavares@unimes.br Orcid <http://orcid.org/0000-0002-6277-5691>



school by the management, pointing to the fact that the greater the financial decentralization, the more viable the democratization in the school.

Keywords: Democratic management; PDDE; Participation

Introdução

Abordar a discussão dos principais impactos do Programa Dinheiro Direto na escola é uma possibilidade de se analisar como vem se dando a política de descentralização do Estado brasileiro, mais particularmente, em relação à descentralização do seu aparelho de proteção social e ao direito à Educação.

No tocante ao financiamento da educação, um dos destaques, o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, criado em 1995, tem por finalidade auxiliar financeiramente as escolas, com vistas à manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar. Visa, ainda o fortalecimento da participação social e a autogestão escolar, ou seja, o fortalecimento das decisões coletivas dos órgãos colegiados, por meio de uma Unidade Executora Própria-UEX, instituição auxiliar da Unidade Escolar Pública, seja ela a Associação de Pais e Mestres ou Conselho Escolar.

Estudos evidenciam que:

Desde 1988 tem ocorrido no Brasil uma grande descentralização de recursos fiscais da União para estados e municípios. Em um primeiro momento houve transferência de recursos sem uma clara transferência de atribuições. O resultado foi, de início, o desequilíbrio fiscal da União. Além disso, a ampla liberdade de aplicação dos recursos recebidos por estados e por municípios nem sempre levou ao investimento em áreas estratégicas, tais como saúde pública e ensino fundamental. (MENDES, 2001, p. 20)

Acreditamos que por meio do fortalecimento dos colegiados, a gestão democrática na escola pode ser robustecida, considerando que os gestores das escolas públicas podem compartilhar com todos os envolvidos no processo educativo o uso da verba oriunda do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, pensando dificuldades e soluções locais, coletivamente.

No entanto, a forma como se decide para quais finalidades deva se dar o uso dos

recursos recebidos e como se dá essa utilização tem caráter relevante na questão. Há discussão democrática ou não, no tocante ao uso das verbas? Como os gestores escolares podem proporcionar momentos privilegiados para discutir com toda a Comunidade Escolar sobre as necessidades e melhorias das respectivas Unidades Escolares?

Este estudo, fruto de uma pesquisa no âmbito de um mestrado profissional, apresenta algumas tensões e condicionantes na execução e gestão dos recursos financeiros oriundos do PDDE, a partir do estudo de algumas realidades na Baixada Santista-SP, com a finalidade de contribuir para o fortalecimento das Unidades Executoras das escolas, promovendo reflexões, tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino e a participação coletiva dos atores da escola pública brasileira.

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/FNDE

Quando criado, o Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE teve como objetivo prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às unidades escolares públicas da educação básica do país, sendo extensiva também às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público, todas contempladas com o programa.

Conforme Peroni (2007) sua origem está no Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE) criado em 1995, cujo nome foi alterado para o nosso atual PDDE, tendo por justificativa a adoção de medidas racionalizadoras, para minimizar aspectos burocráticos, objetivando que tais recursos chegassem com mais agilidade e diretamente às instituições públicas de ensino.

Assim, o programa citado integra um dos pilares que fomentam a gestão democrática, citada na Constituição Federal de 1988. O fortalecimento da gestão democrática da escola pública torna-se uma exigência por meio de decisões dos seus colegiados, em especial da Associação de Pais e Mestres – APM e do Conselho de

Escola, com a participação de toda comunidade escolar, como forma de se consolidar o que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Federal nº 9394/1996 que estabelece:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, grifos nossos)

Nesse sentido, o PDDE reforça em parte a autogestão das unidades escolares públicas por meio da participação de todos os envolvidos no processo educativo, nos âmbitos financeiro, administrativo e pedagógico, perpassando os principais aspectos de organização educacional, dentro de uma democracia que inclui os personagens que vivem a escola nas decisões sobre as orientações dos investimentos.

No entanto, há que se ressaltar que de certa forma, o PDDE

é a materialização de como estão ocorrendo, na política educacional brasileira, as redefinições do papel do Estado, mais especificamente, as redefinições ocorridas nas propostas de financiamento e gestão escolar, frisando que temos como pressuposto que a política educacional não é simplesmente determinada pelas mudanças que estão ocorrendo na redefinição do papel do Estado, mas parte constitutiva dessas mudanças. (PERONI, 2007, p.20)

Desta forma, é preciso que se afirme que o programa se constitui em uma das mais importantes ações de financiamento do ensino público com características de descentralização, embora tal princípio pretenda estimular a participação da sociedade na esfera pública, e tem como finalidade a transferência de responsabilidades para os municípios e para a escola, utilizando esse argumento para justificar a redução do per capita dos recursos destinados à educação.

É preciso ressaltar ainda, que o necessário investimento na formação da população brasileira, não representa uma despesa sem retorno, um valor gasto com a educação. Sobretudo, quando esse investimento corrobora com o entendimento dos

direitos, da noção de cidadania participativa e da compreensão acerca da aplicação de recursos públicos aos fins que se propõem. Nesse sentido, concordamos que

Uma educação política, no sentido amplo do termo, possível e necessária para a escola pública brasileira, pode vir a ser realizada no interior das unidades escolares, na medida em que as opções éticas, as escolhas pedagógicas e as decisões dos rumos das escolas apontarem para um maior desenvolvimento do espírito público nacional, especialmente por meio de uma maior participação popular na escola pública. (CAMARGO, 2010, p.09)

Assim, a partir de 1997, os recursos destinados do PDDE foram repassados diretamente às escolas, sendo exigindo que cada unidade escolar criasse a sua unidade executora, justificando-se para tal medida que a própria comunidade é quem saberia aplicar o dinheiro para a resolução dos seus próprios problemas. Essa unidade executora, com função da administração dos recursos recebidos e com funções específicas definidas realização de manutenção e conservação física da escola e dos equipamentos, limpeza de suas instalações, e promoção da integração escola-família comunidade, conforme discurso oficial, poderia melhorar os entraves burocráticos entre a Gestão e as escolas da rede.

Portanto, os recursos do PDDE são repassados diretamente para as unidades escolares, tendo como base a quantidade de alunos, conforme o Censo Escolar do ano anterior ao repasse, sendo firmado um valor nacional por etapa respeitada a data-base fixada pelo Governo Federal. Até o ano de 2008, o Governo Federal repassava verba apenas para as escolas públicas de ensino fundamental. Em 2009, o Programa passou a atender também as escolas de educação infantil e ensino médio, primeiramente, por meio da Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2008, cuja MP foi transformada na Lei Federal nº 11947, de 16 de junho de 2009, onde em seu artigo 23, expõe a finalidade de tais recursos nas diversas etapas da Educação Básica:

Art. 23. Os recursos financeiros repassados para o PDDE serão destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos

estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2009, s/p).

Vale destacar também, que apesar da Constituição Federal de 1988 estabelecer a ampliação da participação da comunidade na educação, o enfoque estabelecido na década de 1980 e os estabelecidos pela política educacional na década de 1990 diferem em muito, refletindo novos conteúdos, ajustados ao projeto neoliberal que habilmente incorporou pontos defendidos pelos setores progressistas da sociedade, como a descentralização e a autonomia.

Diante disso, e em meio ao atual momento de dismantelo das políticas públicas educacionais é que se torna mais relevante ainda o estudo dos aspectos que tangenciam a alocação de tais recursos dentro das escolas, bem como os tensionamentos vivenciados em torno disso.

Num fluxo burocrático entre a liberação da verba e a chegada na escola, temos uma série de etapas envolvidas. Em destaque, a figura do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE é o responsável pelo financiamento, normatização, coordenação, acompanhamento, fiscalização, cooperação técnica e avaliação da efetividade da aplicação dos recursos financeiros do PDDE. Por sua vez, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal são responsáveis pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros destinados às escolas públicas integrantes de suas redes de ensino, que não possuem UEx e pelo acompanhamento, fiscalização e auxílio técnico e financeiro julgado necessário para a regular execução dos recursos pelas escolas que possuem UEx.

Tais unidades são as responsáveis pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros destinados às escolas públicas, com mais de 50 alunos ou com menos de 50 alunos que tenham constituído sua própria UEx.

No caso das Prefeituras municipais, essas são as responsáveis pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros destinados às escolas públicas integrantes de suas redes de ensino que não possuem UEx. Além disso, a responsabilidade pelo acompanhamento, fiscalização e auxílio técnico e financeiro para execução dos recursos das escolas que possuem Unidades Executoras.



Existe também a figura das Entidades Mantenedoras (EM) que são as responsáveis pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros destinados às escolas privadas de educação especial por elas mantidas.

Dessa forma, os recursos oriundos do PDDE são repassados por meio de depósito na conta bancária aberta pelo FNDE, em banco e agência com os quais a autarquia mantém parceria. Nesse panorama, salientamos que:

As relações entre as pessoas nas diferentes situações educacionais orientam-se pelos princípios de co-responsabilidade, parceria, colaboração, interação, solução de problemas em comum, diálogo, aproximação de todos os interessados e envolvidos nas situações, valorização e socialização das experiências e conhecimentos individuais. Onde nos encontramos, as funções e papéis de cada um serão diferentes, o que não impede que o tipo de relação seja pautado pelo que foi descrito. O poder é descentralizado e compartilhado por todos, se bem que sempre revestido de co-responsabilidade e de reconhecimento da existência de diferentes papéis e funções. (ALONSO, 2005, p. 32)

A motivação da comunidade para se comprometer na constituição da unidade executora é necessária e para tanto a integração entre a escola e a comunidade, depende em grande parte da iniciativa da equipe gestora da escola que deve sensibilizar para a conscientização dos pais, alunos, professores e servidores da escola quanto à finalidade da sua constituição dos benefícios que ela poderá proporcionar.

Metodologia

O desenvolvimento desse estudo fundamentou-se nos pressupostos metodológicos da pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo de natureza descritiva e interpretativa dos dados coletados pelos diferentes instrumentos de pesquisa, a saber, questionários e entrevistas.

Assim, delimitamos que:

a pesquisa qualitativa pressupõe que o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e

interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerente e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2000, p. 80).

Inicialmente foram enviados e-mails a cerca de 400 escolas públicas que compõem a Baixada Santista. Nesse documento foram explicitados os objetivos de pesquisa e solicitada a anuência na participação dos gestores nas etapas posteriores. Assim, a nossa amostra foi formada pelos 20 participantes que retornaram e aceitaram o convite, mediante assinatura do termo de consentimento, representando 5% do universo total.

A Região Metropolitana da Baixada Santista é uma região diversificada e complexa, pois além de contar com o Parque Industrial de Cubatão e o Complexo Portuário de Santos desempenha funções de destaque no Estado, com atividades industriais e de turismo, e outras de abrangência regional, como as relativas aos comércios atacadistas e varejista, atendimento à saúde, educação, transporte e sistema financeiro. Além disso, a região possui uma grande variedade de atividades de suporte ao comércio de exportação, originadas pelas operações no complexo Porto de Santos, integrando as cidades de: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente que constituem a RMBS.

Os questionários foram aplicados aos os vinte diretores pesquisados dos diferentes municípios que compõem à Região Metropolitana, e as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com três dos diretores, selecionados pelo critério de aproximação das respostas do questionário aos objetivos declarados pelo programa. As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas, ainda, como amostragem para um comparativo com os dados obtidos nos questionários respondidos.

A análise dos dados obtidos possibilitou traçar um perfil do grupo pesquisado e compreender como as equipes gestoras das escolas enfrentam as tensões na decisão da aplicação e na utilização das verbas oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE do PDDE, como passamos a demonstrar.

O perfil dos diretores

O perfil dos vinte diretores pesquisados, quanto ao sexo, foram sete homens e treze mulheres. O equilíbrio entre os diferentes gêneros estão entre as ideias de Libâneo (2001, p.45):

Os movimentos de mulheres ressaltam a distinção entre sexo e gênero, mostrando que os gêneros masculino e feminino são noções estabelecidas numa cultura e numa sociedade organizada por homens. Segundo esses movimentos, a sociedade masculina difunde a ideia de que diferenças de sexo resultam em diferenças de gênero, ou seja, diferenças sexuais (naturais) também levam à distribuição de papéis sociais entre mulheres e homens. Contra essa ideia, advogam a luta pelo respeito entre os gêneros e reconhecimento de suas diferenças. Nesse sentido, uma prática educativa na organização escolar, na comunidade, no currículo e na sala de aula implicam atitudes que recusem a ideia de que as diferenças de trabalho dê expressão de sentimentos, de papéis sociais, entre homens e mulheres resultem de uma base natural.

Quanto à rede de ensino a qual estão subordinados, do total pesquisado, buscou-se um equilíbrio entre os convites aceitos dentre as redes municipais e estaduais, sendo, nove diretores da rede estadual paulista e onze das redes municipais de ensino da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Em relação à faixa etária desses gestores escolares prevaleceu a faixa etária de 31 a 40 anos, representada por oito diretores. Sendo que apenas três dos pesquisados possuem mais de cinquenta anos.

Sobre esse aspecto peculiar, na entrevista realizada com um diretor foi possível evidenciar, parcialmente, que os jovens possuem geralmente ideias inovadoras. Porém, os educadores de mais idade podem conseguir acompanhar os passos das novas mudanças no campo educacional e tecnológico, tendo um excelente trabalho com princípios democráticos, possuindo equilibradamente as competências técnicas, políticas, éticas e estéticas defendidas por Rios (1999), com a seguinte afirmação:

A faixa etária acaba sendo um diferencial para a educação, pois os mais novos passaram por uma educação com princípios mais democráticos, menos engessados, portanto, tem ideias mais flexíveis,

modernas e conseguem utilizar melhor os recursos tecnológicos. Há alguns diretores muito antigos que não sabem nem ligar um computador, já os mais novos, não conheço nenhum com essa característica. (Diretor B)

Acreditamos que essa afirmação também tenha a ver com as mudanças nos currículos de formação docente que cada vez mais vem dando destaque às práticas de gestão democrática dentro das escolas.

Considerando o tempo de experiência no cargo ou função de gestor escolar, houve predomínio de um grupo com cinco a dez anos de atuação na direção de escolas, portanto, ainda há muito que contribuir para a educação e formação de uma sociedade democrática, mais justa e igualitária.

Ainda em relação às características do perfil dos diretores pesquisados considerando os municípios em que atuam quatro são de Santos e São Vicente, três de Praia Grande, dois de Guarujá, Cubatão e Peruíbe e um respectivamente nos municípios de Mongaguá, Itanhaém e Bertioga.

Quanto à situação de trabalho para se verificar se havia muitos que se dedicavam exclusivamente à gestão de suas respectivas escolas, surpreendentemente, o resultado dessa questão mostrou que a maioria faz uso da permissão constitucional de acumular cargo ou função no âmbito educacional. Dos vinte diretores pesquisados, apenas quatro não acumulavam cargo. Portanto, verificamos que a grande maioria também atua como professor em sala de aula da mesma ou de outra rede de ensino, também indicam compreender a necessidade da formação permanente, da gestão democrática na escola, considerar o contexto e considerar práticas reflexivas tal como indicam Alarcão (2003) e Macedo (2003).

O que dizem os dados?

A análise dos dados coletados por meio dos questionários, bem como nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores escolares, objeto da pesquisa, evidenciou que apesar do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE já existir desde o ano de 1995, os diretores estiveram sempre atentos às mudanças e

atualizações das legislações pertinentes ao programa, que foram muitas, no que tange à sua utilização, os princípios de gestão democrática e quanto à prestação de contas, buscando cada vez mais a transparência da destinação dos recursos recebidos.

Dentre as questões dos questionários, naquela referente às dificuldades encontradas na otimização dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, os diretores apresentaram as dificuldades ilustradas no gráfico a seguir, cabendo ao diretor a possibilidade de apontar mais de uma dificuldade, fato pelo qual o gráfico da Figura 1 apresentar sua totalidade superior a 100% no total das respostas.

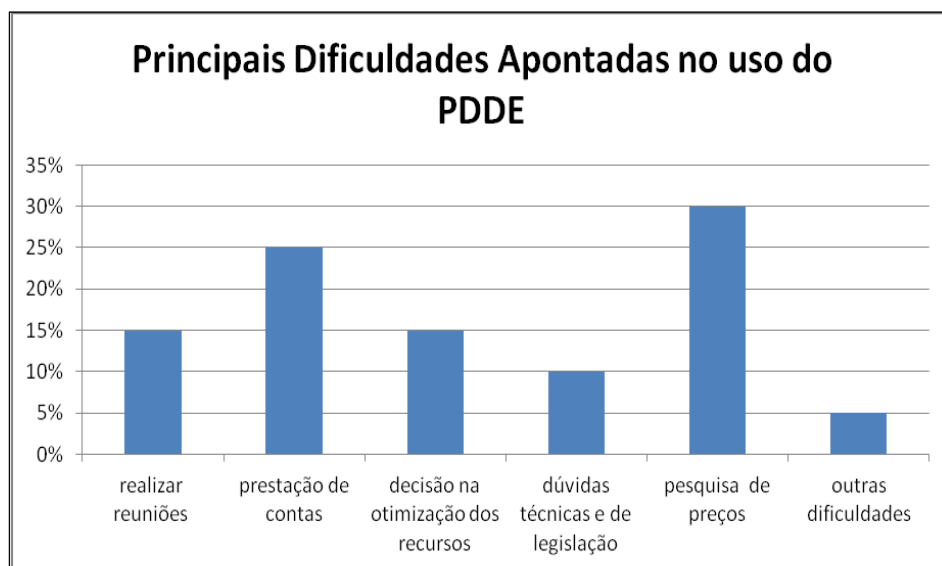


Figura 1 –Dificuldades com o PDDE apontadas pelos diretores

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados de pesquisa.

Verifica-se no gráfico acima, que a maioria dos diretores apontam que as maiores dificuldades estão na pesquisa de preços (apontado por seis dos vinte diretores) e na realização da prestação de contas (apontada por cinco diretores), percebendo-se que o uso democrático, transparente e descentralizado da verba pública realmente se torna complexo. As dificuldades se dão, sobretudo, para a realização de reuniões com os envolvidos, elemento indispensável para não gerar dúvidas sobre o uso dos recursos, além de contribuir para o fortalecimento da democracia, prestigiando e desenvolvendo as noções de cidadania em todos os envolvidos no âmbito escolar nas decisões do uso dos recursos.

Pesquisas anteriores já apontaram pra uma certa resistência que muitos atores que formam a escola em se envolverem nas decisões coletivas. Nesse sentido, concorda-se que:

Atualmente, o modelo democrático participativo tem sido influenciado por uma corrente teórica que compreende a organização escolar como cultura. Esta corrente afirma que a escola não é uma estrutura totalmente objetiva, mensurável, independente das pessoas, ao contrário, ela depende muito das experiências subjetivas das pessoas e de suas interações sociais, ou seja, dos significados que as pessoas dão às coisas enquanto significados socialmente produzidos e mantidos. Em outras palavras, dizer que a organização é uma cultura significa que ela é construída pelos seus próprios membros. (LIBÂNEO, 2001, p.99)

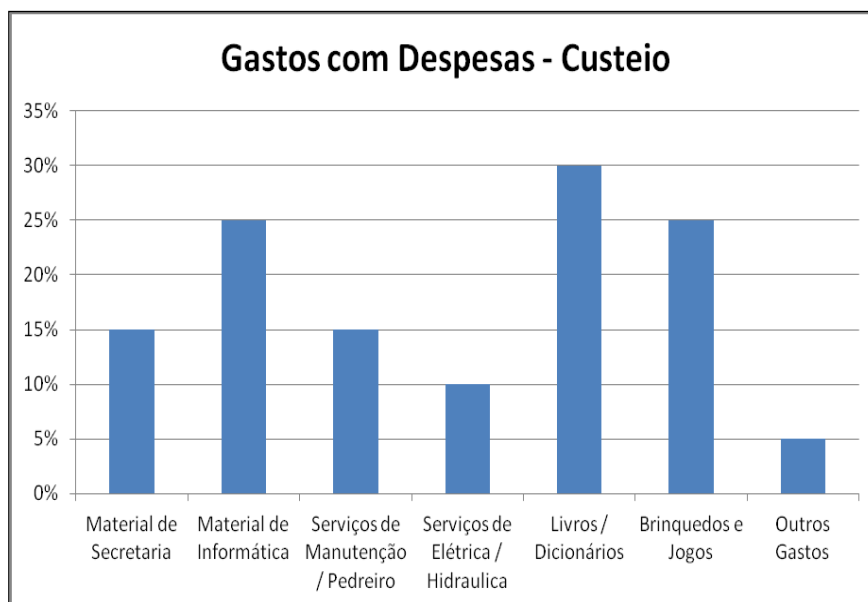
O questionário possibilitou, ainda, a identificação da decisão das equipes gestoras da destinação dos recursos destinados à despesa de capital, que resultam no acréscimo do patrimônio, ou seja, a aquisição de bem denominado permanente e que se desdobram em investimento, como por exemplo: aparelhos elétricos/eletrônicos, equipamentos de informática, mobiliário, instrumentos musicais e artísticos, e equipamentos audiovisuais/comunicação.

Em uma entrevista, um dos diretores pesquisados destacou o avanço do PDDE nos últimos anos quanto à otimização dos recursos no que tange à divisão: capital X custeio. Para esse diretor:

Nos últimos três anos, a gestão democrática e a autonomia das escolas foram ampliadas. Além de fazer uso das novas tecnologias da informação, pois agora fazemos anualmente a atualização dos dados de nossas escolas pelo site do FNDE, através do PDDE-WEB, temos ainda a oportunidade de utilizar a proporcionalidade de verba para capital e custeio, conforme a necessidade de cada escola. Antes, era um valor fixo, onde 20% apenas era destinado ao capital e 80% para custeio, o que acabava tornando nossos projetos inviáveis, pois não poderíamos comprar material permanente de maior porte. Agora, já podemos. Alguns diretores, conseguiram, inclusive o total das despesas com capital. (Diretor C)

O que se revela na indicação do diretor é que após anos de implantação o PDDE de fato, a descentralização para que as escolas pudessem concretizar a gestão democrática se devia também ao que era normatizado pelo FNDE em relação às possibilidades do uso dos recursos. Nem sempre foi possível a comunidade escolar utilizar as verbas destinadas ao projeto da escola.

Além dos recursos destinados as despesas com capital, os recursos podem ser utilizados com as despesas para custeio, isto é, à aquisição de materiais de consumo didáticos e de expediente, aquisição de materiais visando a implementação de projetos pedagógico, avaliação da aprendizagem e desenvolvimento de atividades educacionais. São exemplos de gastos com custeio: materiais de papelaria, jogos pedagógicos, materiais esportivos e suprimento de informáticas não duráveis. Ainda, são caracterizados nas despesas de custeio as pequenas obras e reparos realizados por meio de serviços especializados nas unidades escolares, além de transportes e cursos formação de professores.

Figura 2 – Gastos com Despesas de Custeio

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados de pesquisa.

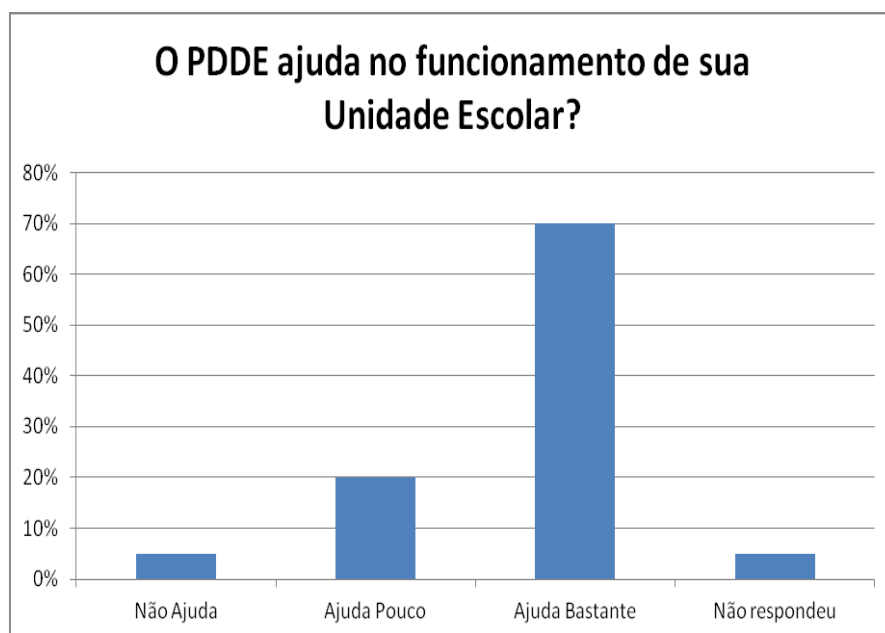
Na análise do gráfico da Figura 2, se verifica que as escolas priorizaram os gastos com despesas de custeio para material realmente utilizado para os alunos, uma conquista para a educação, pois a melhoria na qualidade do ensino é colocada em primeiro lugar, conforme observação do Diretor A durante a entrevista ainda que a afirmação possa revelar a burocracia rígida que permeia a utilização dos recursos. Essa burocratização, explicada à comunidade escolar, mais uma vez dificulta que processo democrático da gestão possa se realizar de forma objetiva.

Alguns detalhes quanto à utilização da verba devem ser verificados com bastante cuidado. Por exemplo, a compra de dicionários. Se for para uso na biblioteca, é considerado material permanente. Já se é para o uso em sala de aula pelos alunos, é considerado material de custeio. (Diretor A)

A narrativa do Diretor A indica que há possíveis no contexto das escolas acerca da utilização dos recursos públicos, considerando a legislação e normatização, demonstrando que há necessidade de formação para esses gestores e membros da comunidade escolar para compreender e atuar com princípios de gestão democrática de transparência, ética e economicidade.

Por fim, quando perguntados se os recursos oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola auxiliam ou não no funcionamento das escolas em relação a gestão democrática e a ampliação da qualidade da educação, grande parte dos pesquisados afirmou que ajuda muito (14 sujeitos) e ajuda pouco (04 sujeitos). Apenas um respondeu que não ajuda e um deles não respondeu a essa questão. O gráfico da Figura 3 ilustra bem a situação descrita acima.

Figura 3 –Gastos com Despesas de Custeio



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados de pesquisa.

Assim, percebe-se o quanto os diretores pesquisados têm envolvimento com os problemas emergenciais das entidades públicas que são responsáveis. Buscando cumprir com a legalidade ao cumprir procedimentos quanto ao levantamento das

necessidades, elaboração de orçamentos, realização efetiva das compras e prestação de contas, mas temos o questionamento acerca das lacunas quanto à compreensão política de repasse da responsabilidade dos órgãos públicos na manutenção e recursos materiais para as instituições.

A pesquisa demonstra que apesar do comprometimento dos gestores escolares quanto à melhoria das escolas públicas que atuam, ainda possuem foco operacional e por algumas vezes não reconhecem as Políticas Públicas regulatórias e que o princípio de descentralização financeira e seus desdobramentos podem ocasionar uma minimização da responsabilidade do Estado na oferta da educação pública de qualidade.

Considerações finais

Esta pesquisa possibilitou verificar como o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE vem impactando a estrutura e funcionamento das escolas públicas do país, para a organização e para a gestão democrática da escola pública, especialmente no que se refere às práticas decisórias na aplicação dos recursos, ainda que dificuldades existam nessa dinâmica, impactando ainda as prioridades de investimento com os recursos descentralizados estimulando a autonomia financeira, por meio das verbas repassadas.

O PDDE, Programa do Governo Federal criado com a finalidade de auxiliar a gestão democrática das escolas, em suas próprias regras “obriga” os gestores educacionais das escolas públicas a envolver suas respectivas comunidades escolares em discussões para analisar a aplicação da verba e melhorar a qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas brasileiras.

Em especial, na Região Metropolitana da Baixada Santista RMBS, formada pelos nove municípios, outro fator importante revelado se deve ao equilíbrio das respostas entre os gestores envolvidos, os que atuam nas escolas públicas estaduais e outros das redes municipais, com isso, revelando também a aprovação do PDDE, realidade das escolas públicas da região, referente a aplicação e otimização desses

recursos financeiros.

É verdade que se alguns estudos indicam haver limites à autonomia das unidades executoras já que em situações específicas o que se observou é que a gestão dos recursos não está exclusivamente nas mãos da UEx, mas, centralizada no diretor escolar ou pelas próprias Secretarias de Educação, há que se considerar também que entre as vantagens apresentadas, o PDDE permitiu maior participação e democratização da gestão da escola, transparência, autonomia, compromisso, maior poder de decisão em relação à liberdade da escola que ao elencar suas prioridades define seu plano de aplicação de recursos e a partir dessas prioridades, permitiu a construção da identidade das escolas, suas próprias histórias.

A temática aborda por essa investigação não se esgota nesse artigo, ficando alguns questionamentos: “Quais os maiores beneficiados com a descentralização financeira das escolas? Quais ações para a melhoria das práticas de gestão democrática nos âmbitos políticos, pedagógicos e financeiros que permeiam o cotidiano escolar?” Há muitas perspectivas e cenários para novas pesquisas.

Referências

ALARCÃO, Isabel. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. São Paulo. Editora Cortez, 2003.

ALONSO, Myrtes. A Gestão/Administração Educacional no Contexto da Atualidade In: VIEIRA, Alexandre Thomaz. **Gestão Educacional e Tecnologia**. Editora Avercamp. Campinas, 2005.

BRASIL - **Lei Federal nº 11947**, de 16 de junho de 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm Acesso em: 18 out. 2020.

_____. **Lei Federal nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 19 out. 2020.



CAMARGO, Rubens Barbosa de. VIANA, Mariana. Gestão Financeira Escolar como Política Pública: análise de procedimentos legais e administrativos, processos participativos e montantes dos recursos financeiros destinados às escolas de redes públicas. **Anais do ANPAE**. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2009/312.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Avaliação do Processo de Gasto Público do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Revista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Volume 24**. 2001. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/70/0> Acesso em 10 out. 2020.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar**: teoria e Prática. 4ª Ed. Goiânia. Editora Alternativa, 2001.

MENDES, Marcos. Descentralização do Ensino Fundamental: Avaliação de Resultados do FUNDEF. In: **Revista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Volume 24**. 2001. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5371:publicacoes-ppp-numero-24 Acesso em 10 set. 2020.

MACEDO, Lino de. Situações-problema: forma e recurso de avaliação, desenvolvimento de competências e avaliação escolar. In: PERRENOUD, Philippe. **Competências para Ensinar no Século XXI**. Editora Artmed. Porto Alegre-RS, 2003.

MENDES, Marcos. Descentralização do Ensino Fundamental: avaliação de resultados do FUNDEF. 2001. **Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial**. Disponível em: <http://pt.braudel.org.br/pesquisas/arquivos/downloads/descentralizacao-do-ensino-fundamental.pdf>. Acesso em 10 out. 2020.

NÓVOA, Antônio. Desafios do Trabalho do Professor no Mundo Contemporâneo. Palestra realizada para o Sindicato de Professores de São Paulo – SIMPRO-SP, **Revista de Estudos Pedagógicos**. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812015000200399 Acesso em: 10 ago. 2020.

PERONI, Vera Maria Vidale ADRIÃO, Theresa. **Programa Dinheiro Direto na Escola**: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação? INEP Brasília-DF 2007. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/489723. Acesso em: 30 out. 2020.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Compreender e Ensinar para uma Docência da Melhor**

Qualidade. Editora Cortez, 1999.

SILVA, Luizete Cordovil Ferreira da Silva. **Estado e Políticas de Gestão Financeira para a escola pública:** a autonomia da escola no PDDE Belém. Dissertação de Mestrado em Educação. Centro de Educação da Universidade Federal do Pará. Belém – PA, 2005. Disponível em:
http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/luizete_dissertacao.pdf.
Acesso em: 02 nov. 2020.

SILVA, Givanildo da; SILVA, Alex Vieira da. O Programa Dinheiro Direto na Escola como mecanismo da descentralização financeira na gestão escolar. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 5, n. 14, 2019. Disponível em:
<http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3580/2049>. Acesso em: 03 nov. 2020.

UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Avaliação dos programas da rede de proteção social do Ministério da Educação: PDDE, PNLD, PNAE. **Caderno de Pesquisa**. nº 43. Campinas: UNICAMP, 1999.
Disponível em:
<https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/view/63/CadPesqNepp43>.
Acesso em: 01 nov. 2020.

VIEIRA, Alexandre Thomaz et al (Org). **Gestão Educacional e Tecnologia**. Editora Avercamp. Campinas, 2005.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**. Editora Martins Fontes, 1991.

Submissão em:11/12/2020

Aceito em:10/10/2022

